

HABEAS CORPUS Nº 541.543 - RS (2019/0318276-2)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
NILTON LEONEL ARNECKE MARIA - RS054268
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : NELSON DE OLIVEIRA PAIM (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de NELSON DE OLIVEIRA PAIM contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Agravo de Execução n. 70082433228.

Nesta via, sustenta o impetrante a ausência de fundamentação suficiente a justificar o indeferimento do pedido de saídas temporárias formulado em favor do paciente, pois foram preenchidos os pressupostos para a obtenção da benesse, nos termos do art. 123, inciso II, da LEP.

Assevera que o cometimento de falta disciplinar de natureza grave durante a execução da reprimenda não acarreta a alteração da data-base para fins de saída temporária, a teor do enunciado da Súmula n. 534/STJ, razão pela qual a exigência do cumprimento de 1/4 dever ser considerado sobre o total da reprimenda tendo como marco inicial a data de início de cumprimento da pena.

Requer a concessão sumária e definitiva do *habeas corpus* para que seja deferido o benefício de saídas temporárias ao paciente, afastando-se a exigência do cumprimento de 1/4 da totalidade da pena a contar da nova data-base.

A liminar foi indeferida às e-STJ fls. 135-136.

Informações prestadas às e-STJ fls. 141-194 e 196-225.

O Ministério Público Federal manifestou-se às e-STJ fls. 230-231.

É o relatório.

Consoante as informações prestadas pelo Juízo da execução penal, às e-STJ fls. 197-198, **no dia 4/10/2019 foram concedidas as saídas temporárias ao paciente**, circunstância que evidencia a perda do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, **julga-se prejudicado** o *habeas corpus*, com fulcro no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se e intimem-se.

Após a ciência do Ministério Público Federal e o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI

Relator